

Editorial

Nesta edição da Revista, você vai saber tudo o que aconteceu na última Reunião Geral da RET-SUS. Discutindo temas importantes para a Rede como modelos de gestão e concepções de Estado, pedagogia das competências, Pacto de Gestão e a educação permanente e as deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, as ETSUS estiveram reunidas nos dias 22, 23 e 24 de novembro, em Maceió, Alagoas.

Você vai conhecer ainda a Escola Técnica do SUS do Maranhão, inaugurada no dia 05 de dezembro e saber o que as ETSUS da Região Sudeste têm desenvolvido.

E, finalmente, após quatro meses de licença maternidade, estou de volta, para matar a saudade de todos e dar continuidade ao trabalho, agora permeado pela coisa mais incrível e maravilhosa que já me aconteceu: ser Mãe. Ah! A minha filhota está ótima, uma moça!

Um abraço forte a todos.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Na edição de outubro da RET-SUS saiu: “nas eleições 2006: veja o que os candidatos à Presidência pensam sobre Educação na Saúde”. Essa matéria é de fundamental importância para os professores e alunos da área da saúde. Seria importante, quando os professores desenvolverem aulas sobre histórico do nosso sistema de saúde, fazer em um paralelo com essa reportagem. Dessa forma, poderemos ter professores e alunos mais conscientes, críticos e participantes.

José Miguel Tomazevic

Parabéns, RET-SUS! Com a leitura da Revista fico por dentro de todos os acontecimentos do Sistema Único de Saúde, que é um direito do cidadão e dever do estado oferecê-lo.

Nathália

São Luís – Maranhão

Sou professora primária e tenho certeza de que a Revista RET-SUS é

cartas

uma ferramenta de grande utilidade no meu aprimoramento e enriquecimento cultural e pedagógico. Obrigada a todos vocês!

Vera Lúcia Fernandes Mandu
Princesa Isabel – Rio de Janeiro

Sou Promotor de Justiça aqui do Amapá e leitor da Revista. Gostaria de parabenizar todos os seus organizadores e editores.

Moisés Rivaldo Pereira
Amapá – Macapá

Essa Revista é muito útil para aumentar o nosso conhecimento sobre saúde e sobre os assuntos referentes aos Agentes Comunitários de Saúde. Sou agente administrativo e agradeço por saber, através da Revista, um pouco mais sobre o trabalho dos ACS do Brasil.

Cláudio Oliveira de Souza

CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



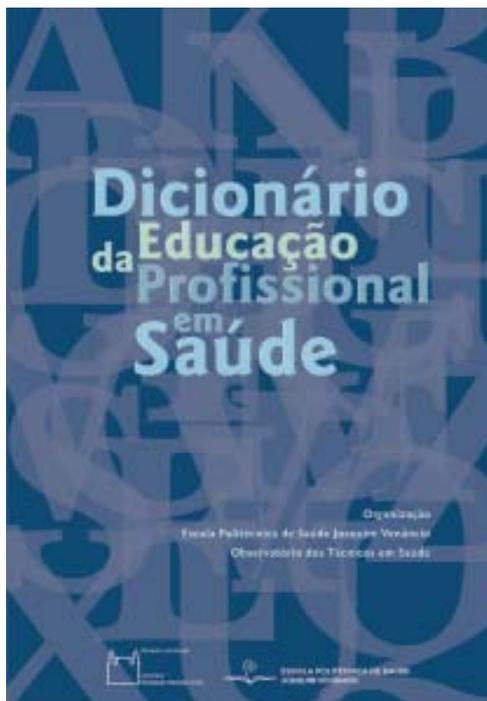
Educação Profissional em Saúde ganha Dicionário

Publicação traz 48 verbetes sobre as áreas de Trabalho, Educação e Saúde

Você conhece o significado e a história de conceitos como capital social, qualificação, pedagogia das competências, empregabilidade e reestruturação produtiva? Pois esses são exemplos dos 48 verbetes que compõem o Dicionário da Educação Profissional em Saúde, organizado pelo Observatório dos Técnicos em Saúde da Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e lançado no dia 27 de novembro. A publicação foi editada com recursos da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), no âmbito do Plano Diretor para o biênio 2004-2006 da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde.

A área que dá nome ao Dicionário mereceu oito páginas de definição. Segundo os pesquisadores Isabel Brasil e Júlio César França Lima, coordenadores da publicação e autores desse verbete, o termo 'educação profissional em saúde' já constava das propostas das reformas educacionais dos anos 20 e precisa ser compreendido como objeto de disputa entre diferentes projetos de sociedade. Além de dar um panorama histórico da educação profissional, os autores citam o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae) e falam, por exemplo, sobre pedagogia das competências, politécnica e concepção ensino-serviço.

Para escrever os verbetes, além de alguns pesquisadores da EPSJV, foram convidados grandes nomes da Educação e da Saúde, como o filósofo e educador Gaudêncio Frigotto, a médica-sanitarista Ligia Bahia, a filósofa Madel Luz e o médico-sanitarista



Emerson Merhy. Segundo Júlio César Lima, um dos critérios para a escolha dos verbetes foi a abrangência do tema, ou seja, foram escolhidos conceitos que pudessem levantar outras discussões. “Um exemplo é o texto sobre o SUS que, além da definição, também contempla assuntos sobre políticas de saúde”, explica. Nesse verbete, Ligia Bahia também fala dos fundamentos teóricos-políticos, das bases jurídico-legais, do processo de implementação dos princípios e diretrizes, do resgate das bases constitucionais e da história que envolveu a criação do SUS. Outro requisito foi a disponibilidade de pesquisadores gabaritados para escrever sobre os temas.

Na definição de ‘divisão social do trabalho’, a enfermeira sanitária e pós-doutora em Ciências Sociais Denise Elvira Pires lembra que essa expressão remete ao sentido dado por

Marx, designando a especialização das atividades necessárias para a reprodução da vida. Denise também explica como se dá a divisão por menorizada, técnica, sexual, e internacional do trabalho. No verbete ‘currículo integrado’, Marise Ramos, doutora em Educação, mostra que o conceito tem sido usado “como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção”.

Ao final de cada verbete do Dicionário, encontra-se ainda uma indicação de livros para que o leitor possa aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto. Segundo Júlio César, a idéia é que seja feito um segundo volume que contemple mais temas relacionados à Educação Profissional em Saúde. “Na primeira triagem com os pesquisadores que participaram desse dicionário, levantamos cerca de 200 verbetes. Mas o projeto era fechado em, no máximo, 50 definições. Queremos fazer novos volumes com outros conceitos. Estamos abertos a sugestões das Escolas Técnicas do SUS”, diz o coordenador.

Para Isabel Brasil, a publicação será de grande utilidade para as Escolas Técnicas do SUS. “As ETSUS oferecem uma boa formação na saúde pública e têm conhecimento da prática educacional, além de articular os conceitos de trabalho, educação e saúde. O Dicionário vai ser importante para aprofundar o conhecimento teórico de professores e alunos, pois oferece pistas qualificadas para ajudar no estudo sobre a área em que eles atuam”, explica. ■

Escola Técnica do SUS do Maranhão de casa nova

Primeiro desafio será formar todos os ACS do Estado

É no centro histórico de São Luís do Maranhão, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e considerado Patrimônio Mundial pela Unesco, que a Escola Técnica de Saúde do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva está localizada. A nova sede da ETSUS, doada e reformada pelo governo do estado do Maranhão e também protegida pelo Iphan, foi inaugurada no dia 5 de dezembro, com a presença do governador, José Reinaldo Tavares, da secretária estadual de saúde, Helena Maria Duailibe, do chefe da Casa Civil do estado, Aziz Tajra, do secretário estadual de segurança pública, Raimundo Marques, da deputada estadual Graça Paz, de técnicos do estado, representantes do Departamento de Saúde Pública e do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de Maria do Socorro Neiva, irmã da médica pediatra que dá nome à Escola.

Para iniciar a cerimônia de inauguração, José Reinaldo Tavares e Helena Duailibe puxaram a fita do prédio de 1.084 metros quadrados, que tem cinco salas de aula, biblioteca, auditório e laboratórios de enfermagem, citologia, odontologia e informática – equipados com verba do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), do Ministério da Saúde. Depois que o governador descerrou a placa da Escola, os convidados percorreram todas as instalações do prédio, guiados pela diretora da ETSUS Maranhão, Maria José Medeiros, e seguiram para a biblioteca — cujo nome



homenageia a atual secretária estadual de saúde —, que sediou a mesa de inauguração da nova Escola.

A primeira a falar foi Maria do Socorro Neiva, que disse ser um orgulho para a família ter o nome da irmã em uma instituição que forma trabalhadores da saúde. A diretora da Escola, Maria José Medeiros, falou sobre a importância da inauguração da primeira ETSUS no estado. “Este momento é parte de um processo gerado por mãos, mentes e idealismo de técnicos e gestores que aceitaram o desafio de criar uma Escola Técnica do SUS no Maranhão. Nossa ETSUS não caminha só. Ela é parte de uma Rede Nacional de 37 Escolas, que têm papel fundamental na formação técnica em saúde”, afirmou. Helena Duailibe enfatizou que a ETSUS representa um avanço na formação de recursos humanos para a saúde no estado. “Este espaço vai promover a capacitação e qualificação dos profissionais que vão poder servir melhor aos maranhenses”, afirmou. Encerrando a mesa, o governador ressaltou a importância da ETSUS para a formação dos trabalhadores da saúde. “Oferecer um atendimento qualificado à população é essencial. A Escola irá formar um exército de multiplicadores por todo o Maranhão e ajudar a combater os baixos indicadores sociais do estado”, disse.

A ETSUS Maranhão, criada em dezembro de 2003, antes de ganhar sede própria, funcionou em uma sala da Secretaria Estadual de Saúde. Em 2004, foi criado o Grupo Estadual de Implantação e Articulação da Escola Técnica do SUS, formado por técnicos do governo do estado, que tinham a missão de colocar a ETSUS em funcionamento.

A Escola começará suas atividades com o primeiro módulo do curso de Agente Comunitário de Saúde. “Vamos formar os 14 mil ACS dos 217 municípios do estado”, afirmou Maria José Medeiros. Para isso, a ETSUS já nasce com cursos descentralizados. Também já estão aprovados pelo Conselho Estadual de Educação os planos dos cursos de Técnico em Higiene Dental e Técnico em Enfermagem. “Além desses, já estamos elaborando projetos para os cursos de Citologia, Análises Clínicas e Radiologia”, disse Maria Alcina Monteiro, técnica da Escola. A ETSUS também está desenvolvendo um projeto de pesquisa, financiado por meio de uma convocatória lançada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS). “Faremos um levantamento do perfil dos técnicos da saúde no estado para ter um retrato da demanda por cursos em cada região”, explicou Maria José.

Para a elaboração do projeto político pedagógico, dos planos de curso e do regimento escolar, a Escola fez três oficinas, que contou com a presença de colaboradores da Secretaria Estadual da Saúde e da Educação e do Departamento de Enfermagem da UFMA. E, como os cursos serão descentralizados, a ETSUS também fez seminários no primeiro semestre de 2006 para apresentar a Escola nas três macro-regiões do Maranhão: São Luís, Caxias e Imperatriz. “Convidamos os gestores, apresentamos as propostas de cursos da ETSUS e assinamos termos de adesão com todos os municípios”, contou Alcina. ■



Trabalhadores da Saúde conquistam Plano de Carreira, Cargos e Salários

Documento final é assinado pela MNNP e referendado pelo CNS

A partir de agora, os profissionais de saúde poderão se dividir em apenas dois cargos: Assistente em Saúde e Especialista em Saúde. Pelo menos é isso que propõe o protocolo final das Diretrizes Nacionais para Instituição de Planos de Carreiras, Cargos e Salários no âmbito do Sistema Único de Saúde (PCCS-SUS), assinado pelos membros da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no dia 9 de novembro, e referendado, em seguida, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O protocolo final foi consensuado na MNNP, após a discussão entre dois grupos paritários, um de gestores e prestadores de serviço e outro de entidades representantes dos trabalhadores. Mas essas discussões já ocorreram sobre uma proposta anterior, elaborada por uma Comissão Especial – criada em 2004 pelo Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts/SGTES/MS) –, que incorporou ainda sugestões apresentadas em duas consultas públicas e num seminário nacional, todos em 2005.

Segundo as Diretrizes, a função de Especialista em Saúde compreende as categorias profissionais que exigem, no mínimo, nível superior. Já para Assistente em Saúde, é obrigatória a educação básica (completa ou incompleta), profissionalizante ou não. A bancada de trabalhadores, entretanto, defendeu o cargo único. “Se houvesse apenas um cargo, com divisão interna de classes, o trabalhador teria maior mobilidade na migração de uma função a outra, através de processos de avaliação dentro do próprio sistema, sem precisar fazer concurso externo”, opina Irineu Messias, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS-CUT) e representante da bancada sindical na MNNP. A versão final estabelece que a promoção — passagem de uma classe a outra — se dá “mediante o cumprimento de interstício e atendimento de requisitos de formação, qualificação ou experiência

profissional”. Já a progressão — passagem de um padrão de vencimento ou de salário para outro dentro da mesma classe — ocorre por mérito ou tempo de serviço.

O documento estabelece também que o cargo de Assistente em Saúde deverá ser estruturado em quatro classes, de acordo com o nível de escolaridade do profissional. Para a classe A é exigido ensino fundamental incompleto e para a B, ensino fundamental completo, qualificação ou experiência profissional fixadas pelo plano de carreiras. A divisão C demanda ensino médio incompleto e a D, ensino técnico completo, qualificação ou experiência profissional fixadas pelo plano de carreiras.

A questão da jornada de trabalho foi ponto de divergência entre trabalhadores, que defendiam 30 horas semanais, e gestores, que propunham 40 horas. “Acreditamos que 30 horas deve ser a carga horária máxima para quem trabalha em um ambiente tão adverso como o da saúde. Cuidar de outras vidas é delicado e estressante”, explica Irineu. O texto consensuado estabelece que a jornada deve obedecer ao regime jurídico pelo qual os trabalhadores são contratados, a não ser que a lei de criação do plano de carreiras (municipal, estadual ou federal) ou a lei reguladora do exercício profissional contenham disposições mais favoráveis. Além disso, deve estar em consonância com as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde e de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Outra discordância que houve ao longo do processo de negociação, dessa vez no interior da bancada dos gestores, foi acerca do princípio de universalidade. O Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) defendia que o texto abrisse a possibilidade de cada região optar por ter ou não um mesmo plano de carreiras para todos os trabalhadores da saúde. A justificativa, segundo Elisabeth Matheus, representante do Conselho na MNNP, é que, se não estivessem enqua-

drados no plano exclusivo do SUS, os profissionais com funções administrativas, por exemplo, poderiam se deslocar para outras instituições que não sejam de saúde.

Implantação

Segundo Maria Helena Machado, diretora do Degerts, por enquanto não há intenção de transformar as diretrizes em anteprojeto de lei. Mas ela informou que, para facilitar o processo de difusão e implantação do PCCS-SUS nos estados e municípios, vai ser construída uma comissão permanente de acompanhamento e assessoramento aos gestores. “A heterogeneidade dos municípios não será um problema, pois as Diretrizes não devem ser impostas e cada um deles terá flexibilidade para utilizar as normas de acordo com suas características locorregionais”, disse.

O Conasems também assumiu o compromisso de ajudar na divulgação das Diretrizes. “A aprovação do documento foi um avanço, mas agora é preciso capilarizá-lo”, defende Elisabeth.

Júlio Müller, representante da área de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), diz que a maior expectativa é a de que as Diretrizes influenciem na revisão e homogeneização de planos já existentes, não só no nível dos estados e municípios, mas também no federal, que tem hoje mais de dez planos diferentes. “O PCCS-SUS não vai resolver de uma só vez a situação dos recursos humanos no SUS, mas, ao estabelecer regras sociais, ajuda a dar encaminhamento ao problema”, opina.

Irineu Messias acha que o próximo passo é utilizar o documento para pressionar os gestores das três esferas de governo. “Nós, da CNTSS-CUT, realizamos debates com vários sindicatos de todo o Brasil, orientando sobre a importância do conteúdo das Diretrizes e da utilização desse novo instrumento. Agora os gestores só não reformulam os planos se não quiserem”, conclui. ■

Reunião da RET-SUS discute gestão, pedagogia e política

Encontro, em Alagoas, homenageia Izabel dos Santos

O Brasil se reúne no estado de Alagoas. Assim Adailton Isnal, diretor da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora, começou sua fala na mesa de abertura da 5ª Reunião Geral da RET-SUS, que aconteceu entre 22 e 24 de novembro, em Maceió. E foi em torno da Educação Profissional em Saúde que esse encontro aconteceu: cerca de 110 pessoas, entre diretores, coordenadores pedagógicos e até alguns técnicos das 37 Escolas da Rede e do Ministério da Saúde discutiram temas administrativos, políticos e pedagógicos relativos à formação dos trabalhadores técnicos da área da Saúde.

E o Brasil foi muito bem recebido. Como anfitriões, além do diretor da Escola, compuseram a mesa de abertura a secretária de saúde do estado, Jacy Quintella e o reitor da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), à qual a ETSUS é vinculada. Pelo governo federal, o consultor do Departamento de Gestão da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts/SGTES/MS), Hilbert Souza, o subchefe de Análise e

Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto Santos, e a Coordenadora de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), Ena Galvão, também deram as boas vindas aos participantes. A secretária contou que a ETSUS de Alagoas veio preencher uma imensa lacuna da área de saúde no estado. “Pessoas contratadas para varrer o chão atuavam como atendentes de enfermagem nos hospitais. Isso foi corrigido pela nossa Escola Técnica”, lembrou. O reitor disse que a universidade se orgulha de oferecer formação de todos os níveis para os trabalhadores da saúde e que tem aprendido muito com a experiência da ETSUS. O subchefe da Casa Civil, que participou da mesa-redonda que aconteceu em seguida, levou ao evento os cumprimentos da Ministra Dilma Rousseff e destacou a importância de encontros que permitam um trabalho coeso entre os estados da federação. Ena Galvão dedicou sua fala à entrega do prêmio ‘Gente que faz saúde’, que este ano homenageou Izabel dos Santos.

Modelos de Gestão

Como ter mais autonomia — financeira, orçamentária e política — sem deixar de ser público e estatal? Para responder a essa pergunta, com a qual as Escolas Técnicas do SUS se deparam todos os dias, a 5ª Reunião Geral da RET-SUS promoveu uma mesa-redonda sobre ‘Modelos de Gestão e Concepções de Estado’, com representantes da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Planejamento.

Luiz Alberto Santos, subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, começou contextualizando as reformas da administração pública que têm ocupado a agenda dos governos e da mídia nos últimos 20 anos. Ele caracterizou essa ‘Nova Gerência Pública’ como um movimento político que ocorreu em escala mundial, a partir, principalmente, do chamado Consenso de Washington, de 1989, que impôs medidas tidas como necessárias para a redução dos gastos públicos. Segundo ele, esse modelo está baseado na defesa

Prêmios e homenagens

Além de um momento de encontro e discussões temáticas, a 5ª Reunião da RET-SUS ficará marcada também pela homenagem feita a Izabel dos Santos, idealizadora do Projeto Larga Escala e precursora de toda a política de Educação Profissional em Saúde no Brasil. Pois foi durante a mesa de abertura desse encontro da Rede que a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e o Ministério da Saúde dedicou o prêmio ‘Gente que faz Saúde’ a essa grande personagem da Saúde do país.

Impedida de comparecer por recomendações médicas, Izabel dos Santos foi representada por sua filha, Patrícia dos Santos, que recebeu o troféu das mãos de Ena Galvão, atual Coordenadora de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS e velha companheira da homenageada. “Amiga, mestra, pessoa humana, educa-



Patrícia recebe o troféu em nome da mãe, Izabel dos Santos

dora. Você não está aqui presente, mas sem dúvida seu espírito inquieto interpreta e ressignifica nossas discussões aqui neste encontro”, disse ela, começando um discurso emocionado. E finalizou: “Agradecemos por você existir e nos deixar um patrimônio social como esse. E, principalmente, por nos ter ensinado a dimensão

política da nossa prática pedagógica”.

Para encerrar, foi lida uma mensagem da Izabel dos Santos. “Gostaria de compartilhar essa homenagem com todos que, comigo, colaboraram na construção de uma nova proposta de formação de pessoal técnico e auxiliar da área da saúde em nível nacional. O sucesso se deu graças à construção coletiva dos atores que acreditaram na proposta de fazer da educação um processo de inclusão social”.

No segundo dia do encontro, outros dois personagens da área de formação em saúde também foram homenageados. Francisco Campos, atual Secretário da SGTES, e José Paranaçuá de Santana, representante da área de Recursos Humanos da Opas no Brasil, receberam uma placa em reconhecimento à sua luta pela consolidação da área de educação profissional em saúde no Brasil.

do Estado mínimo, que se opõe ao “Estado necessário”.

Contrariando adjetivos reducionistas, o palestrante defendeu que o Estado deve ser capaz, mas também eficaz (quando atinge seus objetivos), eficiente (quanto atinge os objetivos de forma econômica), e efetivo (quando os objetivos atingidos são socialmente relevantes). E deixou claro que esses atributos são indissociáveis. “Podemos ter um Estado extremamente capaz para eliminar judeus, como ocorreu na Alemanha Nazista”, exemplificou.

De acordo com Luiz Alberto, o principal argumento desse ideário é que um modelo de gestão burocrática não atende mais às necessidades do Estado moderno. Olhando mais de perto, isso significa críticas à organização dos serviços públicos, ao ingresso por concurso público, dentre outros. São reformas que, segundo ele, defendem a prioridade do privado sobre o público; a busca da eficiência em detrimento da eficácia e da efetividade; e a privatização das instituições e da prestação de serviços, via terceirização, por exemplo. Além disso, tentam colocar o Estado contra o servidor e os trabalhadores da ativa contra os aposentados.

A manutenção da atuação do Estado como prestador de serviço público, a valorização da cidadania e da participação, a preservação das instituições estatais e a defesa do princípio da continuidade administrativa são algumas das alternativas apresentadas pelo palestrante para uma verdadeira reforma do aparelho do Estado. Como características de uma gestão pública eficiente, eficaz e efetiva, ele apontou, por exemplo, a profissionalização da função pública, o modelo de gestão do plano plurianual e a gestão democrática e participativa.

Valéria Salgado, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou todas as formas de regime jurídico de direito público e privado desde a administração direta, que tem presença total da Estado, até as fundações de apoio, que são inteiramente da sociedade civil, passando pelas autarquias, fundações públicas, empresas dependentes, empresas públicas e S.A, Organizações Sociais (OS), Serviços Sociais Autônomos, Oscips e pelos consórcios públicos de direito privado. Cada um desses modelos está caracterizado na apresentação em PowerPoint da palestrante que está disponível no site da RET-SUS.

Tanto Valéria quanto Luiz Alberto apresentaram um novo modelo jurídico-institucional, que ainda está sendo discutido, como uma possível alternativa para as

Escolas Técnicas do SUS. Trata-se da Fundação Estatal, que garantiria autonomia administrativa, orçamentária e financeira, sendo sem fins lucrativos, regida pelo direito civil, com gestão participativa, envolvendo governo e sociedade. Dois problemas desse modelo apontados durante o debate foram o fato de contar com regime celetista (via CLT) para os trabalhadores e de não garantir orçamento próprio. De qualquer forma, para se tornar realidade, é necessária uma Lei Complementar que defina as áreas de atuação das fundações e as divida em fundações públicas de direito público (que já existem) e fundações públicas de direito privado, categoria das chamadas fundações estatais. E, até chegar a esse momento, essa proposta pode até sofrer mudanças que a aproxime mais das necessidades das ETSUS.

Competências

Depois de uma manhã intensa de discussões de caráter político-administrativo, o primeiro dia terminou com um debate de cunho pedagógico. Na mesa-redonda ‘Construção e Avaliação de Processos Educativos a partir de Perfis de Competências Profissionais’, Cláudia Marques, técnica do Deges/SGTES/MS, começou apresentando as quatro matrizes existentes para identificação dos perfis de competências profissionais: a conditivista ou behaviorista; a funcionalista; a construtivista; e a crítico-emancipatória. Segundo ela, o Ministério da Saúde vem adotando a matriz crítico-emancipatória — ainda em construção —, que busca repensar a noção de competências “atribuindo-lhe um sentido que atenda aos interesses dos trabalhadores”. Ela explicou que, na prática, isso significa compreender competência como algo que atravessa o individual, o sociocultural, o situacional e processual e que não se confunde com desempenho. Nesse caminho, de acordo com a palestrante, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae) construiu um conceito próprio de competência profissional, como “capacidade de assumir a responsabilidade do cuidado, partindo da concepção de saúde como qualidade de vida, interagindo com o cliente, suas necessidades e escolhas, valorizando sua autonomia para assumir sua própria saúde, e agir mobilizando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelas situações (imprevistas ou não) na promoção/produção do cuidado”.

Em seguida, a Coordenadora do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão, falou sobre a elaboração de currículos a partir dos

perfis de competências. Ela fez referência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para mostrar que, além do conhecimento, as competências envolvem também a ação. Ela explicou que o perfil de competências para uma determinada área deve ser nacional, e que cabe a cada Escola fazer as adaptações necessárias à sua realidade. E isso se faz exatamente na construção do currículo. Disse ainda que o currículo deve ter o processo de trabalho como referência e se organizar em módulos, com ou sem terminalidade. Como exemplo, ela apresentou características do processo de trabalho dos profissionais de saúde que trabalham na atenção básica, média e alta complexidade, que devem ser levadas em conta na elaboração do currículo. Por fim, a palestrante apresentou uma proposta metodológica para a organização de currículos, que parte da análise das competências que compoem os módulos, em seguida organiza o itinerário formativo, identifica as competências e habilidades transversais, hierarquiza o conhecimento em ordem lógica, organiza o conhecimento em áreas temáticas e as decompõem em “novos agrupamentos significativos”, que são as unidades didáticas.

Para encerrar, Maria Cecília Ribeiro falou sobre a avaliação por competências, exemplificando com o Profae. Ela destacou, antes de tudo, que a avaliação deve ser parte do processo de aprendizagem e ter, portanto, uma função formativa. Para isso, precisa ser, ao mesmo tempo, autocrítica e emancipadora. Um dos caminhos apontados por ela para viabilizar isso é lançar mão de diversos instrumentos e procedimentos que valorizem “a aplicação da síntese do conhecimento, combinando a capacidade para a resolução de problemas, as habilidades técnicas, as atitudes e a ética”. Ela explicou, passo a passo, a metodologia que está sendo construído pelo Sistema de Certificação de Competências do Profae, que, dentre outras coisas, vai aplicar quatro diferentes tipos de provas para avaliar o saber-saber, o saber-fazer e o saber-ser. Os detalhes desse projeto-piloto você pode conhecer na edição nº 13 da Revista RET-SUS, de novembro de 2005.

Conferência de EP

Boa parte dos temas discutidos na mesa-redonda que avaliou a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica já foram abordados na matéria de capa da edição passada da Revista RET-SUS.

Caetana Juracy Silva, Coordenadora Geral de Políticas de Educação Profissio-

nal e Tecnológica da Setec/MEC, explicou todo o processo de organização da Conferência, desde a elaboração do documento-base até o sistema de votação da etapa nacional. Falando sobre a importância do encontro, ela chamou atenção para o fato de que, nele, muitos segmentos se encontraram pela primeira vez. Segundo ela, O Ministério da Educação aproveitou as etapas estaduais para mapear a oferta da educação profissional e tecnológica no Brasil. “Vimos onde temos oferta de cursos nessa área e também analisamos a qualidade dessa formação. A conclusão é que temos um quadro extremamente heterogêneo”, disse.

Fazendo referência a uma primeira discussão polêmica da Conferência, Carmem Perrota, professora do Cefet do Rio de Janeiro e diretora da unidade de Nova Iguaçu, apontou o que considera uma incoerência no discurso do Ministério da Educação. “Ao mesmo tempo que defende a integração, o MEC separa a Educação Básica e a Educação Profissional em duas secretarias diferentes”, disse, referindo-se à transformação da Semtec em Setec, no próprio governo Lula. Na mesma linha, ela classificou como perigoso o discurso sobre desenvolvimento que permeou a Conferência, porque ele pode significar a volta a uma concepção de educação centrada na empregabilidade. “Dizer que o ensino técnico aumenta as chances no mercado de trabalho é um discurso reducionista”, opinou.

O diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, André Malhão, fez uma análise política da Conferência e apontou os pontos de discussão e polêmica que têm uma relação mais direta com a área da saúde. Em primeiro lugar, ele classificou como muito arriscada a realização de uma Conferência como essa logo em seguida ao segundo turno das eleições — originalmente, o evento aconteceria em agosto. Isso porque o governo recém-eleito, que destacou a educação na plataforma eleitoral, poderia ter saído derrotado em algumas das suas principais teses. Lembrando que muitas votações foram apertadas, ele disse que esse risco tornou-se ainda maior por conta da excessiva representação de instituições privadas, sobretudo do Sistema S. No que diz respeito especificamente à área da saúde, ele falou sobre a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep), defendendo que essa seja uma estratégia para ampliar o financiamento desse setor e não para centralizar os recursos que outros Ministérios, como o da Saúde, têm para esse segmento. André destacou ainda outros dois desafios que a Conferência trouxe para

as Escolas Técnicas do SUS: a ocupação do espaço da formação hoje executada pelo Sistema S — o que inclui o público jovem e não apenas o trabalhador — e a articulação com as Secretarias de Educação e os Cefets, para a integração da educação técnica com o ensino médio regular ou EJA.

Pacto de Gestão

O Pacto de Gestão, e a regulamentação do que nele diz respeito à educação na saúde, foi tema da última mesa-redonda da 5ª Reunião Geral da RET-SUS. Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, falou sobre o pacto como resultado de um processo histórico. “Não se poderia pensar em pacto antes da Emenda Constitucional 29”, exemplificou. Segundo ele, o pacto significa o reconhecimento de que o Brasil é um país federativo. Por isso mesmo, ele defendeu o equilíbrio: se, por um lado, ninguém mais quer programas verticais, também é preciso saber que nem tudo tem que ser inventado no local e, portanto, que há modelos que servem para todo o território nacional. “Não tem sentido, por exemplo, cada município criar um modelo diferente de capacitação para o SAMU”, ilustrou.

Mostrando a realidade dos estados no pacto de gestão, Tânia Kátia Mendes, vice-diretora da Escola Técnica de Saúde Profª. Valéria Hora, anfitriã da Reunião, falou sobre esse processo em Alagoas. O financiamento apareceu como uma grande preocupação. “Quem paga as ações que são necessidades do estado, mas não coincidem com as orientações e incentivos nacionais?”, perguntou, acrescentando que esse é o caso da formação de técnicos em análises clínicas hoje em Alagoas. Mas Tânia defendeu que o pacto vá além da questão do financiamento. No caso da formação, eles querem que a pactuação estabeleça também responsabilidades sobre o acompanhamento dos cursos. “Os alunos acham o Professor ótimo, mas questionam se o gestor vai deixá-los participar das reuniões para discutir com os técnicos a partir do que aprenderam”, exemplificou. Incentivando a participação de todas as



Escolas, ela explicou que, quando as propostas das ETSUS são assinadas no pacto, elas passam a ser propostas do estado.

A última fala arrematou as discussões sobre o tema, mostrando a necessidade de inserção direta das Escolas Técnicas do SUS no pacto de gestão dos seus estados. Maria Aparecida Brito, consultora do Deges/SGTES/MS, apresentou as propostas de regulamentação do componente da educação na saúde, mais especificamente da educação profissional, no pacto de gestão. Segundo ela, a ideia é criar Colegiados de Gestão Regional, com a participação de gestores estaduais e municipais, para “pactuar, conduzir políticas e plano de ação para a gestão da educação na saúde” para a região. Esses colegiados serão apoiados por instâncias locais, que podem ou não continuar sendo chamados de pólos de educação permanente.

Aparecida defendeu que as instituições que compõem a gestão da educação para o SUS não podem ficar de fora desse debate. “As ETSUS terão papel fundamental na identificação de necessidades de formação, na articulação de estratégias para a execução das políticas regionais de educação na saúde, na formulação e na execução de currículos”, explicou. Por todas as suas especificidades, história e resultados, ela mostrou que as ETSUS têm tudo a seu favor para ocupar o espaço de protagonistas na educação profissional em saúde no seu estado. Mas ela avisou que, para isso, é preciso que as Escolas se reconheçam e sejam reconhecidas pelos gestores como integrantes da gestão do SUS e que sejam atuantes nas instâncias locais de articulação da educação permanente em saúde. A SGTES, segundo ela, está fazendo a sua parte: reformulando os instrumentos normativos para se adequar ao Pacto de Gestão, construindo uma Política de Educação Profissional em Saúde adequada às necessidades do SUS e fortalecendo as Escolas Técnicas do SUS. ■

Formação profissional em

Alunos das ETSUS lidam com quilombos, assenta

Os 924.266 quilômetros quadrados de área da Região Sudeste guardam as diversidades de quatro estados do país: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao todo, são 13 ETSUS num território que concentra mais de 78 milhões de habitantes, o que corresponde a 43% da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005, do IBGE. Com uma superpopulação e tantas diferenças geográficas e culturais, a formação profissional ganha a forma de cada região e as ETSUS criam, cada uma à sua maneira, uma forma de se adaptar às especificidades locais, sem perder o foco na totalidade.

Em Minas Gerais, as Escolas Técnicas do SUS dão conta do ensino profissional em saúde dos 853 municípios do estado. Na Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes, em Montes Claros, no norte de Minas, todos os cursos têm um módulo com o eixo temático Projeto Integrado. “Nessa disciplina, professores e alunos planejam um projeto que contemple um tema pertinente à região. O objetivo é que a formação esteja de acordo com os princípios do SUS”, explica Iza Cotrim, assessora pedagógica. No curso técnico de Radiologia, por exemplo, os alunos pediram para desenvolver um trabalho sobre educação para o trânsito. “Eles identificaram que a maioria dos pacientes radiografados nos serviços tinha sofrido algum tipo de acidente de trânsito. Então, fizeram uma pesquisa sobre o assunto e o resultado foi uma exposição de radiografias de fraturas e notícias sobre o tema, apresentados na feira de veículos da cidade”, conta Iza.

Na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), os Agentes Comunitários de Saúde se preocupam mais com diabetes, hipertensão, alcoolismo e depressão, doenças comuns na região de atuação da Escola, que abrange 125 municípios. “Para tirar as dúvidas dos alunos sobre as doenças crônico-degenerativas e doenças transmissíveis, os coordenadores

e docentes do curso organizam palestras com profissionais das áreas, aulas expositivas e atividades extraclasse”, explica Patrícia Leite, coordenadora geral do curso de ACS. No município de Guapé, no sul do estado, os ACS detectaram o trabalho nas pedreiras e serralherias como um dos mais prejudiciais à saúde da comunidade. Segundo os agentes da região, os trabalhadores não usam equipamento de proteção e há um aumento considerável dos casos de silicose – doença pulmonar causada pela inalação de poeira – e outros problemas respiratórios. “Os alunos perceberam a partir do diagnóstico que, caso o quadro clínico dessas pessoas se agravasse, elas poderiam ter tuberculose, câncer ou outras



Campanha de educação para o trânsito dos alunos da Unimontes

patologias. Por isso, apresentaram um plano de ação que envolve conscientização dos proprietários e dos funcionários das empresas”, conta Fátima.

Em São Paulo, o Centro Formador de Osasco também teve que adaptar o conteúdo do curso de Agentes Comunitário de Saúde das turmas descentralizadas para contemplar a realidade de cada comunidade. No município de Itapeva, por exemplo, numa mesma turma estão agentes que trabalham no campo, em assentamentos e até mesmo uma ACS do Quilombo de Jaó, que atende aproximadamente 60 famílias. “Para atender às demandas de todos os agentes comunitários de saúde, discutimos a partir do conteúdo padrão do curso os temas específicos de cada comunidade”, conta Alda Braatz, coordenadora pe-

dagógica do curso de ACS. Segundo ela, acondicionamento do lixo, qualidade da água e contaminação por agrotóxico são exemplos de assuntos muito explorados em sala de aula para orientar os ACS de comunidades rurais.

Já nos assentamentos, os agentes são muito cobrados por uma comunidade que tem uma história de militância junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). “Eles reconhecem a importância dos agentes comunitários e, por isso, reservaram um espaço para eles na rádio comunitária, na grade do PSF. Os ACS aproveitam esse espaço para dar orientações sobre saúde”, conta Alda. No Quilombo de Jaó, um dos principais trabalhos feito pela única ACS da comunidade é a orientação sobre planejamento familiar. “O médico do PSF alertou a ACS para o fato de a comunidade ter muitos problemas de saúde devido aos casamentos consanguíneos. E, desde que a agente começou a alertar as famílias sobre as doenças provenientes dessa união, o número de gravidez desse tipo caiu drasticamente”, afirma a coordenadora.

Nos cursos de Pariqueira-Açu, no Vale da Ribeira, todos os currículos são complementados com as especificidades dos 21 municípios onde o Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde – Escola de Auxiliar de Enfermagem oferece cursos. Segundo Ruth Gouvea, diretora da ETSUS, intoxicação por agrotóxicos, acidentes com animais peçonhentos – principalmente cobras venenosas –, desnutrição infantil, hipertensão, diabetes e cardiopatias são assuntos que não podem faltar na formação dos técnicos em saúde da região. “Estamos em uma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Em 14 cidades onde temos cursos, o Sistema Nacional de Agravos de Notificação detectou um total de 161 intoxicações por agrotóxicos de 1998 a novembro de 2006. No mesmo período, tivemos 2.326 acidentes com animais peçonhentos. Por isso, não podemos deixar

saúde na Região Sudeste

amentos, favelas e hospitais de alta complexidade

de dar uma orientação detalhada sobre esses temas para nossos alunos”, alerta Ruth.

A ETSUS Araraquara, que fica a 269 quilômetros de São Paulo, atua numa área que compreende 192 municípios. Muitos atendimentos são de média e alta complexidade e muitos auxiliares e técnicos formados pela Escola trabalham em grandes hospitais, como Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, Hospital de Base de São José do Rio Preto, Hospital do Câncer de Jaú – Amaral Carvalho e Hospital do Câncer de Barretos.

Na capital, os 55 Agentes Comunitários de Saúde que atendem a subprefeitura de Cidade Ademar/Santo Amaro, na região sul de São Paulo, aprenderam no curso oferecido pela ETSUS do estado a lidar melhor com o grande número de idosos da comunidade. “Eles agora tratam não apenas as doenças da terceira idade, mas também ficam atentos ao contexto familiar no qual esse idoso está inserido e, com isso, conseguem perceber, por exemplo, se há um quadro de depressão e qual é o motivo da doença”, explica Sandra Regina Martins, uma das professoras do curso de ACS. Segundo Sandra, na avaliação informal feita com os alunos no fim do curso, eles disseram que passaram a se orgulhar da profissão e que agora percebem o valor de seu trabalho. “Além de elogiarem muito o curso, os ACS fizeram um abaixo-assinado solicitando o segundo módulo do Técnico em Agente Comunitário de Saúde”, conta a professora.

No Rio de Janeiro, a Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS) forma profissionais de saúde para trabalhar tanto nas unidades de terapia intensiva (UTI) co-

ronariana e de nefrologia dos grandes hospitais da capital, quanto nos hospitais de médio porte e unidades básicas de saúde do interior, onde auxiliares e técnicos de enfermagem lidam com populações agrícolas e indígenas. Segundo Maria Regina Pimentel, coordenadora pedagógica da ETIS, na Baía de Ilha Grande, a Escola começou a formar no ano passado Agentes Indígenas de Saúde (AIS) nas aldeias dos índios guaranis e deve incluir no currículo do curso técnico em enfermagem material sobre a saúde dessa população. “Antes de elaborarmos o material para o curso de AIS, tivemos aula com uma antropóloga da ENSP/Fiocruz, que nos explicou como lidar com os costumes das aldeias. Ela nos disse, por exemplo, que quando alguém da tribo precisa ser internado, todos da família vão para o hospital para ficar ao lado do doente. Queremos dar essas noções aos profissionais”, conta Maria Regina.

Além de se preocupar com as comunidades indígenas fluminenses, a ETIS prepara os auxiliares de enfermagem para lidar com os trabalhadores agrícolas. “Nos municípios de Natividade e São Fidélis, no noroeste do estado, a partir de uma pesquisa realizada pelos alunos, foram detectadas muitas doenças provenientes do uso de agrotóxico na plantação de tomate. Os auxiliares de enfermagem orientaram a população local sobre os danos dos inseticidas a partir de reuniões com os agricultores”, afirma Maria Regina.

Já a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também no Rio de Janeiro, destaca o fato de ser uma instituição federal atuando no estado que, por ter abrigado a capital da República, tem o

maior número de hospitais e institutos federais do país. O Curso Técnico de Gestão em Serviços de Saúde, por exemplo, vem prestando assessoria e utilizando algumas dessas instituições como campo de estágio para os alunos. Segundo Adriana Geisler, professora do curso, um dos trabalhos mais interessantes desenvolvidos pelos alunos é a assessoria técnica do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), pertencente ao complexo hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “O objetivo é que haja uma melhoria na qualidade dos serviços e nas áreas que dão apoio à assistência ao usuário”, explica Adriana. Os alunos da EPSJV fizeram planejamentos para os setores do IPPMG e cartilhas para os profissionais. Além disso, foram convidados a participar ativamente na elaboração do plano diretor do hospital. “Eles tiveram que levar em conta que o IPPMG, além de atender à população, também é um hospital de ensino e pesquisa. Uma das mudanças propostas pelos alunos é a articulação do serviço de emergência do hospital com a rede hospitalar do Rio”, conta Ana Lúcia Abrahão, coordenadora do curso. “Depois do estágio de um ano dentro dos hospitais federais, muitos alunos são contratados para implementar os projetos que elaboraram”, disse.

No Espírito Santo, o Núcleo de Educação e Formação em Saúde, que oferece cursos nos 78 municípios do estado, usa a metodologia da problematização para discutir assuntos como o câncer de pele – comum nos agricultores descendentes de europeus, que trabalham o dia inteiro sob sol forte – e os problemas causados pela extração de mármore, granito e rochas. Segundo Naya Nunes, diretora da ETSUS, os cursos também valorizam a cultura local. “Temos populações de índios, quilombolas, descendentes de alemães, italianos, além dos pomeranos, que são descendentes de prussios e quase não falam português. Tentamos abordar todas as especificidades culturais desses grupos nos cursos da Escola”, explica Naya. ■

Quilombo do Jaó tem ACS formada pela ETSUS Osasco



ETSUS Roraima é membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima passou a integrar o Conselho do Distrito Sanitário Indígena (CDSI) do Leste do estado, composto por usuários e representantes de organizações governamentais, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde. A ETSUS conta

foram formados em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Na reunião do dia 14 de setembro, o Conselho deu parecer favorável à pesquisa 'Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde junto às famílias de índios não-aldeados na cidade de Boa Vista', que será



com dois representantes no Conselho: a vice-diretora da Escola, Alda Franco, como titular, e a coordenadora pedagógica do curso técnico de Agente Comunitário de Saúde, Luciana Freitas, como suplente.

O objetivo do CDSI é definir políticas de atenção à saúde das populações indígenas e elaborar o Plano Distrital de Saúde. A participação da ETSUS na discussão se deve à preocupação com questões sobre a qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde que atendem comunidades de índios não-aldeados. Segundo Clóvis Ambrósio, índio wapixana e presidente do Conselho, a presença da Escola vai agilizar o processo de certificação dos AIS, que já

desenvolvida pela Escola em 2007. A proposta é verificar se os ACS de Boa Vista atuam de acordo com as necessidades e peculiaridades etnoculturais da população indígena não-aldeada, nos bairros com grande concentração de índios, e, a partir daí, reformular o itinerário formativo desses agentes. O projeto vai ser viabilizado a partir de uma convocatória lançada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério de Saúde, especificamente para as ETSUS. A pesquisa já foi aprovada pela Funasa, pelo Comitê de Ética em Pesquisa e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e aguarda aprovação de financiamento pela Comissão Avaliadora do Ministério da Saúde.

ETSUS São Paulo: grande oferta de cursos técnicos

No dia 9 de novembro, a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do estado de São Paulo realizou a formatura de 27 profissionais do curso de Técnico em Imobilizações Ortopédicas e de 28 alunos da Complementação de Técnico em Enfermagem – 11 da Atenção Básica e 17 da Autarquia Hospitalar Municipal Regional Norte. Além disso, até o final de dezembro serão concluídas 24 turmas do primeiro módulo, de 400 horas-aula, do curso técnico de Agente Comunitário de Saúde, totalizando aproximadamente 650 alunos das Coordenadorias Regionais de Saúde Leste, Sul e Sudeste.

Mas todo o ano de 2006 foi de muito trabalho para a ETSUS de São Paulo. No dia 18 de agosto, a Escola formou 126 alunos do módulo de Auxiliar de Consultório Dentário – que faz parte do itinerário para o Técnico em Higiene Dental –, todos trabalhadores das Coordenadorias Regionais de Saúde Norte, Sul, Sudeste e Leste. A realização do segundo módulo está prevista para o próximo ano. Dando continuidade à formação de alunos, no dia 20 de setembro, a ETSUS entregou diplomas aos 21 egressos do curso de Técnico em Imobilizações Ortopédicas, da Coordenadoria Regional de Saúde Leste e da Autarquia Hospitalar Municipal Regional Leste.

Para fevereiro e março de 2007, a Escola terá novas turmas de cursos técnicos em Enfermagem e de ACS. O processo de capacitação pedagógica dos 120 docentes que darão essas aulas começou no final de novembro.

Ettespe diploma ACS no IV Encontro Regional de Saúde

No dia 27 de outubro, durante o IV Encontro Regional de Saúde, realizado na cidade de Limoeiro, a Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco entregou diplomas a 1.750 Agentes Comunitários de Saúde, que terminaram o primeiro módulo do curso. “Sinto-me orgulhoso de ver essa imensa massa azul (referindo-se à cor da farda dos agentes). Só faltam as asas. Nada mais justo do que chamá-los de anjos da saúde”, discursou o Secretário Estadual de Saúde Gentil Porto, durante a cerimônia.

A formação dos ACS faz parte de um programa maior que envolve as três esferas de governo – municipal, estadual e federal. Conforme noticiou a edição de novembro da Revista RET-SUS, até 15 de dezembro deste ano a Ettespe terá formado mais de 14 mil agentes – todos os profissionais do estado – para trabalhar nos seis mil postos de saúde de Pernambuco, levando conhecimento técnico em saúde básica e preventiva. Segundo a direção da Escola, o trabalho de prevenção de doenças feito pelos ACS reduziu a procura por serviços de emergência na Região Metropolitana do Recife e a mortalidade infantil.

Durante o encontro, representantes de 31 municípios tiraram dúvidas com gestores da Secretaria Estadual de Saúde e discutiram questões como financiamento; recursos humanos; políticas de saúde da criança, da mulher e do idoso; vigilância e assistência. Os participantes do evento também trocaram experiências bem-sucedidas aplicadas pelas prefeituras em cada município. Para isso, foi montada uma feira na qual cada cidade teve um *stand* e apresentou programas e projetos considerados modelo na área da saúde.

No dia 22 de setembro, os supervisores centrais da Escola envolvidos na formação dos ACS se reuniram na

Oficina de Avaliação do curso de Agente Comunitário de Saúde, com o objetivo de analisar o resultado da capacitação dos ACS nos 185 municípios de Pernambuco. “Não adianta apenas oferecer o curso e entregar os certificados; é preciso, também, saber o que o profissional está fazendo com o conhecimento adquirido, se está aplicando o que aprendeu no curso”, explicou Ângela Salvi, coordenadora de ensino da Ettespe.

Na reunião, os supervisores elaboraram um questionário de avaliação da primeira etapa do curso, que foi posteriormente respondido por alunos, instrutores e supervisores gerais e municipais, totalizando uma amostragem de 630 formulários. A pesquisa, dividida em parte quantitativa (questões em múltipla escolha) e qualitativa (espaços para sugestões e justificativas das respostas), abordou os temas: modalidade de ensino, descentralização, distribuição de materiais, parcerias estabelecidas, estruturas de supervisão, metodologia, vinculação do conteúdo à realidade envolvente, tema transversal abordado, e atuação dos instrutores.

Segundo Ângela, os resultados obtidos com a primeira parte da pesquisa, que engloba profissionais de Caruaru, Arcoverde, Salgueiro e Petrolina, foram muito satisfatórios. “Os alunos aprovaram a metodologia adotada pela Escola, que segue o currículo integrado ensino-serviço e permite que os trabalhadores aprendam e sejam avaliados no seu ambiente de trabalho, e o fato de as aulas serem dadas por instrutores do próprio serviço. Por outro lado, os agentes apontam que a infraestrutura precária de alguns municípios e a dificuldade de acesso às salas de aula, principalmente devido ao alto custo do transporte, foram pontos colocados pelos agentes que devem ser revistos”, detalhou.

ETSUS Roraima discute Pacto de Gestão

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima realiza reuniões periódicas para discutir a implantação do Pacto pela Saúde em Roraima e o plano de revidir o estado por regiões de saúde, baseado no Pacto de Gestão, e não mais na Noas (Norma Operacional de Assistência em Saúde). Os encontros acontecem na Secretaria de estado da Saúde e no Conselho Municipal de Saúde, e envolvem 15 gestores municipais da saúde, a gestora estadual, a coordenação de programas estratégicos, diretores de departamentos e a direção da ETSUS. Representantes do Ministério da Saúde e do Conass também participam dos eventos.

Nas reuniões, a comissão da ETSUS discute com representantes dos municípios a viabilidade de implantação do Pacto em cada região. “Como os municípios são muito heterogêneos, cada um precisa definir seu termo de compromissos e, depois, cumprir no prazo combinado”, afirmou Patrícia Ludmila, diretora geral da Escola. Os objetivos do evento são, segundo ela, a conscientização sobre o que é o Pacto pela Saúde e a discussão minuciosa dos problemas locais e formas de solucioná-los. “O mais importante é que a implantação não seja um processo verticalizado, como aconteceu em outras ocasiões no estado. Ninguém pode aceitar nada sem, primeiramente, entender e discutir do que se trata”, disse.

Os temas mais abordados nas reuniões são a Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde, a qualificação dos profissionais de saúde e a educação em saúde. A equipe da ETSUS defende o fortalecimento do Pólo de Educação Permanente, o estreitamento dos laços entre essa instância e as Escolas, e a criação, dentro da Secretaria do estado de Saúde, de um departamento próprio que se ocupe do desenvolvimento, vínculo, trabalho e educação na saúde.

Ettespe encerra nove turmas do curso de UTI

No dia 21 de novembro, a Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco formou nove turmas do curso de Terapia Intensiva para técnicos e auxiliares de Enfermagem em Controle de Infecção Hospitalar e Vigilância Sanitária.

O curso, que é uma das linhas de ação da Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS, da Secretaria Estadual de Saúde, ocorreu ao longo de 2006 em sete hospitais do Recife, atendendo a um total de 187 alunos. Segundo a direção da Escola, a proposta do projeto é tornar a equipe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) apta a proporcionar assistência eficaz em cada hospital e a cuidar dos pacientes com patologias clínicas e cirúrgicas.

Os Hospitais da Restauração (HR) e Getúlio Vargas (HGV), que fazem parte do projeto Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS,

iniciaram em outubro aulas de complementação do curso técnico em Enfermagem. A finalidade desse segundo módulo do curso é formar todos os auxiliares de enfermagem dos hospitais em técnicos. Conforme exigência do Conselho Regional da categoria (Coren-PE), todas as unidades de saúde de Pernambuco devem concluir a formação técnica dos auxiliares até 2008.

No Hospital da Restauração, o curso de complementação começou no dia 9 de outubro e terá 600 horas-aula, incluindo atividades práticas e teóricas. Como apenas 217 do total de 400 auxiliares estão freqüentando as aulas nessa etapa, o hospital pretende oferecer o curso novamente no próximo ano, para abranger todos os profissionais da área. Já no HGV, as aulas começaram no dia 16 de outubro, com quatro turmas de 30 alunos cada.

ETSUS Rondônia forma 120 ACS

No dia 31 de outubro, o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde, de Rondônia, formou 60 alunos na I Etapa do curso de Agentes Comunitários de Saúde. A cerimônia de entrega das declarações de conclusão contou com a presença da diretora geral da ETSUS, Nancy Oliveira de Freitas, do Secretário de estado da Saúde, Milton Luiz Moreira, e representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho.

Além dessas duas turmas concluídas em outubro, a Escola já tinha formado outras duas no final de agosto deste ano, totalizando 120 alunos. Nos

dias 28 e 29 de agosto, os ACS que encerraram a primeira etapa do curso apresentaram seus trabalhos de conclusão em forma de seminário. Os temas mais abordados foram os relacionados a Direitos Humanos, Atenção Básica em Saúde e Políticas Públicas em Saúde.



Apresentação de Seminário pela ACS da ETSUS

Nos dias 11 e 18 de dezembro, a ETSUS inicia a capacitação pedagógica para 240 docentes que darão aulas em turmas descentralizadas dessa primeira etapa do curso de ACS, em oito regionais do estado. A previsão é de que as aulas comecem na segunda quinzena de fevereiro e atinjam 44 municípios.

ETSUS Mato Grosso forma 335 técnicos em Enfermagem

A Escola de Saúde Pública do estado de Mato Grosso (ESP-MT) está, desde outubro, concluindo a formação de 335 técnicos em Enfermagem nos municípios de Alta Floresta, Alto Boa Vista, Barra de Garças, Cuiabá, Rondonópolis, Sapezal e Sinop. Os cursos, que começaram em setembro de 2004, seguem a matriz curricular integrada e o sistema de avaliação por competências, instituídos pela Escola na mesma época. As últimas turmas têm previsão de término para o fim de dezembro.

A matriz curricular permite aos alunos adquirirem conhecimentos de maneira integrada, através do estudo dos sistemas do corpo humano, como o circulatório e o nervoso, em vez de trabalharem cada área – farmacologia, nutrição, anatomia, técnicas em enfermagem, fisiologia – separadamente.

O sistema de avaliação por competências, em processo de implantação na ETSUS, verifica se o profissional cumpre, passo-a-passo, todos os procedimentos necessários à realização de cada habilidade. Segundo Eliete Saragioto, coordenadora dos cursos técnicos da Escola, o objetivo é julgar se o aluno domina ‘os três saberes’. “Nós classificamos os saberes em saber-ser, que é a relação entre o profissional, o paciente e o meio; saber-fazer, que engloba as habilidades técnicas; e o saber, o conhecimento científico na área de atuação. Trata-se de conceitos interdependentes. O bom técnico deve possuir os três saberes, para que o trabalho não seja só mecânico, mas também humanizado”, disse.

Em 2007, a Escola pretende implantar dez novas turmas da Complementação do curso técnico em Enfermagem, para atender a aproximadamente 250 auxiliares de Enfermagem.

ETSUS Brasília comemora 46 anos de existência

No dia 9 de novembro, a Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) realizou, no auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), uma cerimônia em comemoração ao seu aniversário de 46 anos. Estiveram presentes o secretário-adjunto da Secretaria de Saúde, Rubens Iglesias, a diretora-executiva da Fepecs, Rosângela Conde Watanabe, a diretora da Etesb, Asenath Farinasso, e profissionais das diversas coordenações de saúde do Distrito Federal.

O evento começou com a apresentação musical de alunos do curso técnico em Saúde Bucal e o discurso da diretora da Escola sobre as atividades e os avanços realizados nesses 46 anos. “Ingressamos na Rede de Escolas Técnicas do SUS, renovamos a qualificação de 1800 profissionais de saúde que atuam no Programa Família Saudável, criamos nossa logomarca, elaboramos o currículo de seis novos cursos, entre outras conquistas”, enumerou.

Em seguida, a diretora-executiva da Fepecs elogiou a ETSUS e, principalmente, a dedicação do seu corpo docente. “A história da Etesb vem jun-



to com a história de Brasília, pois ambas foram inauguradas em 1960. A cada reestruturação foram agregadas novas competências à Escola, conferindo-lhe modernidade, ampliando sua atuação, inovando na capacitação profissionalizante, buscando metodologias inovadoras de aprendizagem que aproximam mais o aluno da sua realidade social e de seus professores”, disse. Rubens Iglesias também manifestou a satisfação de estar presente no encontro. “A Etesb sabe da relevância de sua missão e continua lutando pela melhoria da qualificação de nossos profissionais de saúde, através de educação permanente, e isso é extremamente importante para a Secretaria de Saúde”, declarou.

ETSUS Acre realiza curso técnico em Enfermagem

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, do Acre, iniciou no dia 13 de outubro, no município de Porto Acre, o curso de Habilitação Profissional de Técnico de Enfermagem, para 38 alunos. Outras quatro turmas, duas em Rio Branco, uma em Plácido Castro e outra em Manuel Urbano, têm início previsto ainda para este ano.

A aula inaugural em Porto Acre contou com a presença de diversas entidades, como a representante do Instituto Dom Moacyr, Marília Santana, o prefeito do município, Rui Coelho, o Secretário Municipal de Saúde, Wilson dos

Santos, e a coordenação geral e técnica da ETSUS.

O curso atenderá a 191 profissionais das unidades de saúde dos municípios envolvidos. A metodologia adotada é a do currículo integrado, que se caracteriza pela integração dinâmica entre ensino-serviço e comunidade. Segundo a direção da Escola, esse sistema, integrando os campos do conhecimento teórico e da experiência prática, possibilita que os alunos exerçam reflexão crítica do seu ambiente de trabalho, se adequem melhor à realidade social e resolvam de forma homogênea e eficaz situações-problema.

ETSUS Bahia forma THD

A Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, da Bahia, participou, entre os dias 20 e 27 de outubro, da ‘Semana de Saúde Bucal’, promovida pela Secretaria da Saúde do estado da Bahia. Nesse período, foram desenvolvidas atividades de promoção à saúde bucal por uma equipe de 35 alunos e oito professores do curso técnico em Higiene Dental em andamento.

As ações mais bem sucedidas da Semana foram as palestras educativas nos Supermercados G. Barbosa e a interação com o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC) através de peças teatrais, pinturas, desenhos e orientações às mães sobre a importância da higiene oral na prevenção de doenças bucais.



Os cursos de Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário já acontecem na ETSUS há oito anos, período em que foram formados 134 alunos. As aulas do curso atual, que ocorrem no município de Salvador, começaram em março deste ano e estão com término previsto para fevereiro de 2007. Em março de 2005, em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde, a Escola iniciou quatro turmas descentralizadas de THD nos municípios Santo Antônio de Jesus, São Félix, Alagoinhas e Itabuna. As cerimônias de formatura aconteceram em setembro, com um total de 115 egressos.

Hoje está em tramitação na SGTES a ‘Proposta de Formação Profissional de Técnicos em Higiene Dental’, que prevê a formação pela ETSUS de 4.200 THD, através de 140 turmas, em 417 municípios.

Mais cursos técnicos no Mato Grosso

A Escola de Saúde Pública de Mato Grosso conclui, em dezembro, seis turmas do curso técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, nos municípios Alta Floresta, Sinop, Tangará da Serra, Cuiabá, Porto Alegre do Norte e Cáceres, totalizando 125 alunos formados. Desde outubro, a ETSUS, através da Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde, promove seminários de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, realizados nas áreas de alimentos, produtos, vigilância à saúde, educação ambiental e saneamento. Segundo a engenheira Márcia Regina Baicere, que acompanha o curso desde a sua implantação, os novos profissionais, ao aplicarem os conhecimentos técnico-científicos, éticos e educacionais adquiridos, contribuirão para a melhoria dos serviços de saúde ofertados à população e da qualidade de vida do seu município.

Também em dezembro, a ETSUS termina 12 turmas, com um total de 265 alunos, do curso técnico



Aluna na aula do curso de Patologia Clínica

em Patologia Clínica, iniciado em 2004 nos municípios Alta Floresta, Sinop, Barra do Garças, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo e Cuiabá. O curso teve duração de 1800 horas, 1200 teóricas-práticas e 600 de estágio supervisionado, e adotou a metodologia da problematização. “Propomos uma formação ampliada, que desenvolva o pensamento crítico, através do resgate e problematização de toda a experiência vivenciada pelo aluno, enquanto indivíduo e na convivência em grupo”, afirmou a direção da Escola.

Pará realiza I Oficina Pró-Doação de Órgãos e Tecidos

A Escola Técnica do SUS do Pará realizou, entre os dias 20 e 24 de novembro, a I Oficina para Formação de Multiplicadores Voluntários Pró-Doação de Órgãos e Tecidos, com o objetivo de criar uma rede interinstitucional de multiplicadores de informações sobre doação de órgãos e tecidos humanos. A oficina, que surgiu após solicitação feita à ETSUS pela Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CDCDO), formou 35 funcionários de ONGs e de diversas instituições, como Instituto Médico Legal, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e Serviço de Atendimento Municipal de Urgência.

O curso, de 20 horas-aula, abordou a situação dos transplantes no estado do Pará e alertou para os mitos e valores envolvendo o processo de doação de órgãos. Márcia Arguelles, gerente pedagógica da Escola, considerou positiva a recepção dos alunos a um tema delicado como a doação de órgãos. “Os alunos se mostraram sensíveis à causa: esse é o primeiro passo para que passem adiante o conhecimento recebido”, disse. Segundo ela, a Oficina realizada foi apenas o primeiro contato dos profissionais com o assunto. AETSUS pretende organizar mais eventos e dar continuidade ao processo de mobilização pró-doação de órgãos e tecidos.

ETSUS Piauí forma 90% dos ACS do estado

O Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez, do Piauí, conclui em dezembro a formação de 6.386 Agentes Comunitários de Saúde em 11 microrregiões, o equivalente a cerca de 90% dos profissionais do estado.

Em Teresina, as aulas começaram no dia 5 de junho, ocasião em que houve uma cerimônia com a presença do governador, Wellington Dias, da Secretária de Saúde do estado, Tatiana Vieira Chaves, do representante da Secretaria de Educação, José Barros Sobrinho, do ex-Secretário de Saúde, Nazareno Fontelle, de diversos deputados, dentre outras entidades. Na região norte—Parnaíba, Barras, Piri-piri e Campo Maior—, a inauguração foi em 14 de agosto. Os instrutores do curso também foram capacitados pela Escola entre maio e agosto deste ano.

ETSUS Mato Grosso do Sul abre novas turmas de THD

A Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão, do Mato Grosso do Sul, iniciou, em novembro, o curso de Técnico em Higiene Dental (THD) para cerca de 400 alunos. As aulas na capital do estado, começaram no dia 6 e as outras dez turmas descentralizadas, em 13 de novembro. Como o curso tem 1.310 horas, o término das aulas está previsto para o início de 2008.

AETSUS anunciou para fevereiro do próximo ano a abertura de mais uma turma descentralizada. Os 12 municípios que sediam as aulas assumiram a responsabilidade de atender, além de seus próprios trabalhadores de nível médio da área de saúde bucal, os servidores dos municípios vizinhos. “Ao todo, 60% dos municípios serão beneficiados com a formação técnica, que muito contribuirá para a melhoria da qualidade da atenção em saúde bucal deste estado”, afirmou a direção da Escola.

ETSUS Ceará inaugura segunda Estação BVS

Aconteceu, no dia 24 de novembro, a solenidade de inauguração da II Estação Biblioteca Virtual em Saúde, na Escola de Saúde Pública do Ceará. A criação da segunda Estação BVS do estado foi iniciativa da ETSUS em parceria com o Ministério da Saúde e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

A diretora Superintendente da Escola, Anamaria Cavalcanti e Silva, abriu a cerimônia. Em seguida, Shirlei Rodrigues Gonçalves e Siomara Zgiet, representantes do Ministério da Saúde, explicaram o que é a Estação BVS e demonstraram como utilizar as ferramentas do site (www.bvs.br), destacando os temas Saúde Pública e Economia da Saúde. Também estiveram presentes



no evento Jurandi Frutuoso, Secretário de Saúde do estado, e José Galba, Secretário Executivo da Secretaria de Saúde.

O objetivo desse espaço de consultas com mais de 13 milhões de referências – destinado principalmente a alunos, professores e profissionais em saúde – é democratizar o acesso às fontes de informação no campo da saúde pública.

Cefor Osasco conclui I Etapa do curso de ACS

O Centro Formador de Osasco, em São Paulo, forma em dezembro 17 turmas da Etapa Formativa I do curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde, totalizando cerca de 500 alunos. As aulas são dadas por 227 profissionais capacitados pela Escola, em 12 Oficinas Pedagógicas, entre maio e outubro de 2006. Em abril do próximo ano, mais 20 turmas serão con-

da Graça Lopes, diretora da Escola, acrescentar às 200 horas de teoria e 200 de prática, 50 horas de aulas teórico-práticas. “Esse módulo teórico-prático é o momento em que o aluno estuda teoria, mas não necessariamente dentro da sala de aula: ele faz pesquisa, visita lugares; tudo para enriquecer o aprendizado”, explicou.

EFOS: curso de qualificação para enfermeiros

A Escola de Formação em Saúde (EFOS), de Santa Catarina, realizou, nos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro, o curso de Qualificação em utilização, inserção, manutenção e cuidados com o cateter central de inserção periférica. Foram qualificados 30 enfermeiros de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, infantil e neonatal e das Unidades Coronarianas da rede de hospitais estaduais de Santa Catarina, para proporcionar mais conforto

e segurança aos pacientes do SUS.

Nas aulas, os profissionais aprenderam a identificar os diferentes tipos de cateteres e suas funções, a utilizá-los de forma indicada e a reconhecer eventuais complicações e o modo de contorná-las. “Como muitos pacientes têm um quadro geral comprometido, o trabalho do enfermeiro deve ser cuidadoso”, explicou a enfermeira Cleonete Agenta, coordenadora técnica da EFOS.

Pacto pela Saúde e Educação Permanente em Osasco

O Centro Formador de Osasco, em São Paulo, realizou no dia 24 de outubro a Oficina ‘Desafios e Perspectivas para a Construção do Pacto pela Saúde na região da DIR-V-Osasco’. O objetivo da Oficina, que durou oito horas, foi capacitar 103 gestores e técnicos em saúde, dos 15 municípios da área de abrangência do DIR-V e do Cefor/Osasco, para a implantação do Pacto pela Saúde.

A Escola também organizou, entre os dias 6 e 9 de novembro, em parceria com a Fiocruz, o I Encontro Presencial da Formação de Facilitadores em Educação Permanente das regiões Oeste e Sudoeste da Grande São Paulo. O curso, que acontece à distância, terá duração de um ano, período em que haverá ainda mais dois encontros presenciais. Os alunos são 100 facilitadores dos municípios de Barueri, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu e Itapeverica da Serra. Segundo a direção da ETSUS, a formação desses profissionais visou promover mudanças no processo de trabalho, potencializar e tornar as ações das unidades de saúde mais resolutivas.

ETSUS Pará realiza curso de Auditoria do SUS

Entre os dias 18 e 29 de setembro, a Escola Técnica do SUS do Pará realizou o curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS para 27 alunos, técnicos das unidades de saúde da capital e do interior do estado e do Ministério da Saúde. O curso foi dividido em quatro módulos e teve duração de 80 horas.

Os alunos foram agrupados em 16 oficinas. “O profissional foi estimulado a buscar os problemas na sua realidade, trazê-los para reflexões em grupo, associá-los à teoria, para, por fim, solucioná-los de forma eficaz”, afirmou a direção da ETSUS.

ETSUS Pará forma duas turmas do Proformar

A Escola Técnica do SUS do Pará concluiu, nos meses de outubro e novembro, duas turmas da primeira etapa do Proformar, Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde. Participaram do primeiro Momento Presencial 60 Agentes de Endemias da Funasa, envolvidos com controle de doenças, epidemiologia e vigilância em saúde.

O curso total tem 168 horas, 64 distribuídas em quatro momentos presenciais e 104 de trabalho de campo. A

etapa inicial de 16 horas ocorreu em quatro dias, entre 16 e 19 de outubro, e entre 27 e 30 de novembro. O objetivo foi, segundo a direção da ETSUS, tornar os profissionais aptos a desenvolverem ações de promoção e proteção à saúde, como uma estratégia de transformação das práticas sanitárias no nível local.

Desde 2004, a Escola já formou 17 turmas em todo o estado. O segundo Momento Presencial da primeira turma do Programa está prevista para os dias 5, 6 e 7 de dezembro do próximo ano.

ETSUS Rondônia: cursos de Qualificação Básica

Entre os dias 3 e 13 de outubro, o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde, de Rondônia, realizou a Qualificação Básica em Primeiros Socorros, para 25 servidores das unidades de saúde de Porto Velho. O curso, de 40 horas, teve como objetivo tornar os trabalhadores aptos a prestarem os primeiros cuidados aos pacientes que chegam aos hospitais, antes de receberem atendimento especializado. As aulas foram divididas em parte teórica e demonstrações dos primeiros socorros, também em sala de aula.

De 20 de novembro a 1º de dezembro, a ETSUS realizou mais um curso de 40 horas, dessa vez em Biossegurança, destinado especificamente a 25 técnicos de Enfermagem. Nas aulas, os alunos apren-

deram temas como segurança e proteção do profissional e do paciente no ambiente de trabalho, e manuseio de equipamentos. Segundo a direção da Escola, os dois cursos visaram à melhoria da qualidade do serviço oferecido à população.

No dia 4 de dezembro, a ETSUS iniciou mais duas turmas do curso básico de Informática para servidores da saúde e também de outros segmentos do governo do estado. O curso é dividido em quatro módulos – digitação, Windows, Word e Excel – e, desde junho, quando concluiu a primeira turma, já incluiu 115 trabalhadores na era digital. A iniciativa é do governo do estado; cabe à Escola a supervisão, o acompanhamento e a certificação dos alunos.

I Encontro da ETSUS São Paulo

No dia 21 de novembro, aconteceu o I Encontro da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do estado de São Paulo, que reuniu 150 pessoas, entre alunos, professores e coordenadores dos cursos desenvolvidos neste ano. O objetivo do evento, ao reunir profissionais das Escolas das regionais Sul, Leste, Sudeste e Norte do estado, foi fortalecer internamente a ETSUS e promover a troca de experiências entre os presentes.

Representantes de cada regional



tiveram uma hora para relatar os cursos realizados nas Escolas, as dificuldades encontradas e os pontos positivos. Puderam também discursar sobre temas considerados importantes e de grande impacto na sua área de atuação. Ao final dos seminários, os participantes responderam a um questionário de avaliação da reunião. Segundo a organização do evento, a maioria dos presentes aprovou a iniciativa e se mostrou favorável à realização de um segundo encontro.

Certificação dos AIS em Roraima



AIS recebem acompanhamento pedagógico da ETSUS Roraima

Nos dias 7, 8 e 9 de novembro, técnicos da Escola de Saúde Pública do SUS em Roraima participaram do curso de Capacitação para Conselheiros Indígenas de Saúde, realizado pela Funasa. A ETSUS foi convidada por estar envolvida no processo de formação e certificação dos Agentes Indígenas de Saúde e ser membro do Conselho Distrital. “Esse evento é de extrema importância, pois propiciou o entendimento das responsabilidades dos conselheiros, além de melhor compreensão da Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas”, afirmou a direção da Escola.

O processo de certificação dos AIS está avançando no estado, com participação decisiva da ETSUS. Na última reunião do Conselho, no dia 10 de novembro, foi aprovada uma Carta de Intenções que, quando assinada pelo Departamento de Saúde Indígena da Funasa, em Brasília, garantirá a continuidade da certificação dos AIS. “O nosso objetivo é garantir oficialmente que os AIS sejam certificados no próximo ano independentemente de quem estiver na direção da Escola ou na coordenação regional da Funasa”, explicou Patrícia Ludmila, diretora da ETSUS. Alda Regina Franco, representante da Escola no Conselho, disse que a solenidade de certificação de 300 AIS acontecerá em abril de 2007. “Queremos organizar um evento de mais de um dia, com exposição de trabalhos inclusive, para comemorarmos à altura a consolidação desse processo”, disse.